v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PREPARO PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM UM CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER)

PROFESSIONAL TRAINING AND PREPARATION FOR PROVIDING CARE TO PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) AT A SPECIALIZED REHABILITATION CENTER (CER)

FORMACIÓN PROFESIONAL Y PREPARACIÓN PARA LA ATENCIÓN A PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN UN CENTRO ESPECIALIZADO EN REHABILITACIÓN (CER)

Jacqueline Aparecida Philipino Takada[1], Christiane Rodrigues de Paula[2], João Bartholomeu Neto[3], Rebeca Gonçalves Pinheiro Sousa Araujo[4]

e7109327
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9327

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda assistência multiprofissional qualificada, porém ainda existem lacunas na formação dos profissionais de saúde. Objetivo: Caracterizar a formação e analisar a percepção de preparo dos profissionais de saúde de um Centro Especializado em Reabilitação (CER) para o atendimento às pessoas com TEA. Metodologia: Estudo descritivo, quantitativo e transversal, realizado com 22 profissionais da equipe multiprofissional do CER Monsenhor Geraldo Torres, em Gurupi-TO. Utilizou-se um questionário sobre perfil profissional, formação acadêmica, qualificação complementar e atualização técnico-científica acerca do TEA. Os dados foram analisados por estatística descritiva, com frequências absolutas e relativas. Resultados: Houve predominância de profissionais da Fisioterapia e da Psicologia (22,7% cada). A maioria dos participantes (72,7%) relatou não ter cursado disciplina ou módulo específico sobre TEA durante a graduação. Quanto à formação de pós-graduação na área, 50,0% não possuíam formação nesse nível, 27,3% estavam cursando e 22,7% já haviam concluído essa formação. Em relação à percepção de preparo, 36,4% discordaram ou discordaram plenamente de que sua formação fosse suficiente para atender às demandas relacionadas ao TEA, enquanto 63,6% concordaram ou concordaram plenamente. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) foi identificada como a intervenção com maior evidência científica por 90,9% dos participantes. Conclusão: Os resultados evidenciam lacunas na formação profissional relacionada ao TEA e diferentes percepções quanto à suficiência do preparo recebido, reforçando a importância da educação permanente e da capacitação continuada para qualificar a assistência multiprofissional nos serviços de reabilitação.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Formação profissional. Reabilitação. Equipe de Assistência ao Paciente. Educação em Saúde.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) requires qualified multidisciplinary care; however, gaps remain in the training of health professionals.

[1] Fisioterapeuta, pós-graduada em Bases Neuromecânicas do Movimento Humano e mestranda em Biociências e Saúde pela Universidade de Gurupi (UnirG).
[2] Farmacêutica e mestranda em Biociências e Saúde pela Universidade de Gurupi (UnirG).
[3] Doutor em Educação Física.
[4] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade de Gurupi (UnirG).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Objective: To characterize the training and analyze the perceived preparedness of health professionals at a Specialized Rehabilitation Center (CER) regarding the care of individuals with ASD. Methodology: A descriptive, quantitative, cross-sectional study involving 22 professionals from the multidisciplinary team at the Monsenhor Geraldo Torres CER in Gurupi, Tocantins (TO). A questionnaire was used to assess professional profiles, academic background, supplementary qualifications, and technical-scientific updates regarding ASD. Data were analyzed using descriptive statistics, including absolute and relative frequencies. Results: Professionals from the fields of Physiotherapy and Psychology predominated (22.7% each). The majority of participants (72.7%) reported not having taken a specific course or module on ASD during their undergraduate studies. Regarding postgraduate training in the field, 50.0% had no such training, 27.3% were currently enrolled, and 22.7% had already completed it. Regarding perceived preparedness, 36.4% disagreed or strongly disagreed that their training was sufficient to meet ASD-related demands, while 63.6% agreed or strongly agreed. Applied Behavior Analysis (ABA) was identified by 90.9% of participants as the intervention with the strongest scientific evidence. Conclusion: The results highlight gaps in professional training related to ASD and varying perceptions regarding the adequacy of the preparation received, underscoring the importance of lifelong learning and continuous training to enhance the quality of multidisciplinary care in rehabilitation services.

KEYWORDS: *Autism Spectrum Disorder. Professional training. Rehabilitation. Patient care team. Health education.*

RESUMEN

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) requiere una atención multiprofesional cualificada; sin embargo, aún existen lagunas en la formación de los profesionales de la salud. Objetivo: Caracterizar la formación y analizar la percepción de preparación de los profesionales de la salud de un Centro Especializado en Rehabilitación (CER) para la atención a personas con TEA. Metodología: Estudio descriptivo, cuantitativo y transversal, realizado con 22 profesionales del equipo multiprofesional del CER Monsenhor Geraldo Torres, en Gurupi-TO. Se utilizó un cuestionario sobre perfil profesional, formación académica, cualificación complementaria y actualización técnico-científica en torno al TEA. Los datos se analizaron mediante estadística descriptiva, utilizando frecuencias absolutas y relativas. Resultados: Hubo un predominio de profesionales de Fisioterapia y Psicología (22,7% cada una). La mayoría de los participantes (72,7%) manifestó no haber cursado ninguna asignatura o módulo específico sobre TEA durante su formación de grado. En cuanto a la formación de posgrado en el área, el 50,0% no contaba con formación a este nivel, el 27,3% la estaba cursando y el 22,7% ya la había concluido. Respecto a la percepción de preparación, el 36,4% estuvo en desacuerdo o totalmente en desacuerdo con que su formación fuera suficiente para atender las demandas relacionadas con el TEA, mientras que el 63,6% estuvo de acuerdo o totalmente de acuerdo. El Análisis de Conducta Aplicado (ABA) fue identificado como la intervención con mayor evidencia científica por el 90,9% de los participantes. Conclusión: Los resultados evidencian lagunas en la formación profesional relacionada con el TEA y percepciones diversas sobre la suficiencia de la preparación recibida, lo que refuerza la importancia de la educación permanente y la capacitación continua para cualificar la atención multiprofesional en los servicios de rehabilitación.

PALABRAS CLAVE*: Trastorno del Espectro Autista. Formación profesional. Rehabilitación. Equipo de asistencia al paciente. Educación en salud.*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por alterações persistentes na comunicação e na interação social, associadas à presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. As manifestações clínicas geralmente surgem nos primeiros anos de vida, apresentando diferentes níveis de intensidade e comprometimento entre os indivíduos (Lord *et al.*, 2018).

A prevalência do TEA tem sido amplamente investigada nas últimas décadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2025), estima-se que, em 2021, aproximadamente uma em cada 127 pessoas no mundo apresentava transtorno do espectro autista. No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 identificou aproximadamente 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de TEA realizado por profissional de saúde, correspondendo a 1,2% da população brasileira. A proporção de pessoas com diagnóstico foi maior entre os indivíduos do sexo masculino e na faixa etária de 5 a 9 anos, na qual 2,6% da população apresentava diagnóstico de TEA (IBGE, 2025). Em Gurupi-TO, a presença de aproximadamente 300 crianças com diagnóstico do transtorno na rede municipal de ensino evidencia a demanda por serviços especializados e profissionais capacitados para essa população (Vieira, 2025).

Embora os avanços científicos tenham ampliado o conhecimento sobre o TEA, a formação dos profissionais de saúde ainda apresenta limitações, visto que a abordagem do transtorno durante a graduação permanece insuficiente. Essa lacuna reforça a necessidade de ampliar o ensino sobre o tema nos cursos da área da saúde, favorecendo a qualificação profissional, o diagnóstico precoce e a implementação de intervenções adequadas (Campos *et al.*, 2021).

Devido à complexidade das manifestações do TEA, o cuidado requer intervenções precoces, individualizadas e realizadas por equipe multiprofissional. A atuação integrada entre diferentes categorias profissionais possibilita um planejamento terapêutico mais abrangente, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, comunicação, habilidades sociais e qualidade de vida das pessoas com TEA (Romeu; Rossit, 2022).

No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando direitos relacionados ao diagnóstico precoce, ao atendimento multiprofissional e à atenção integral no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, os Centros Especializados em Reabilitação (CER), integrantes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, oferecem atendimento especializado e são classificados em CER II, III ou IV conforme o número de modalidades de reabilitação ofertadas (Brasil, 2012a; 2012b; 2017). Desde 2023, o Ministério da Saúde também vem ampliando a rede

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

por meio de propostas para a construção de novos centros (Brasil, 2025). Entretanto, a expansão dos serviços precisa ser acompanhada da qualificação das equipes para garantir uma assistência integral e baseada em evidências.

Apesar dos avanços na organização da rede de atenção, ainda são escassos os estudos que investigam o perfil de formação e a percepção de preparo dos profissionais que atuam nesses serviços, especialmente em contextos municipais. Essa lacuna dificulta a identificação das necessidades de capacitação e o fortalecimento das estratégias de educação permanente. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil de formação e analisar a percepção de preparo dos profissionais de saúde de um Centro Especializado em Reabilitação (CER) para o atendimento às pessoas com TEA.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O termo autismo foi inicialmente utilizado por Eugen Bleuler e, posteriormente, Leo Kanner descreveu características específicas observadas em crianças, contribuindo para a compreensão do transtorno (Cunha, 2015 apud Santos, 2017). Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por diferenças persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Suas manifestações são variadas e podem estar associadas a outras condições, exigindo atenção às necessidades individuais de cada pessoa (Brasil, 2023; Autismo e Realidade, 2023; OPAS, 2023).

A expressão “espectro” representa a diversidade das manifestações e das necessidades de suporte. Embora fatores genéticos e ambientais sejam investigados em sua etiologia, não há uma única causa que explique todos os casos. Nesse sentido, a assistência deve considerar as características individuais, a funcionalidade e o contexto familiar e social (Brasil, 2023; Vasconcelos, 2023).

O diagnóstico do TEA baseia-se na avaliação clínica, no histórico do desenvolvimento e nos critérios dos sistemas classificatórios vigentes. A participação da família contribui para a identificação de características observadas no cotidiano, enquanto o reconhecimento oportuno dos sinais de alerta favorece o encaminhamento para avaliação especializada. Instrumentos de rastreamento podem auxiliar na identificação de sinais sugestivos, mas não substituem a avaliação clínica diagnóstica (Autismo e Realidade, 2023).

Entre as abordagens utilizadas no acompanhamento de pessoas com TEA, destacam-se intervenções fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), cuja aplicação deve considerar objetivos individualizados e as evidências científicas disponíveis (Bezerra,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2018). A assistência também pode envolver diferentes áreas, como a Fonoaudiologia, no desenvolvimento da comunicação e da linguagem, e intervenções com recursos musicais, conforme as necessidades e os objetivos terapêuticos de cada pessoa (Gonçalves; Castro, 2013 apud Almeida, 2024; Sampaio *et al.*, 2015 apud Almeida, 2024).

A formação profissional baseada em competências envolve conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à prática assistencial. No atendimento às pessoas com TEA, isso inclui reconhecer suas necessidades de suporte, selecionar estratégias adequadas, comunicar-se com familiares e colaborar com profissionais de diferentes áreas. Portanto, a formação deve articular conhecimento teórico e aplicação contextualizada na prática clínica.

No Sistema Único de Saúde (SUS), a educação permanente em saúde busca relacionar a formação profissional às necessidades dos serviços e à qualificação do cuidado, valorizando a reflexão sobre situações vivenciadas no trabalho (Brasil, 2009). Nos serviços de reabilitação, essa estratégia pode favorecer a atualização científica, a discussão de casos e o planejamento compartilhado das intervenções.

A educação interprofissional e a prática colaborativa contribuem para integrar conhecimentos e aprimorar as respostas às necessidades dos usuários. A Organização Mundial da Saúde destaca que a aprendizagem conjunta entre profissionais pode favorecer a colaboração e a integração dos serviços (WHO, 2010). Nos Centros Especializados em Reabilitação (CER), essa articulação requer comunicação efetiva, compartilhamento de informações, definição conjunta de objetivos e tomada de decisão colaborativa.

O cuidado centrado na pessoa com TEA e em sua família pressupõe considerar necessidades, preferências, potencialidades e contexto de vida. A participação familiar contribui para compreender o cotidiano e estabelecer objetivos terapêuticos, sem substituir a escuta da própria pessoa. Assim, a assistência deve respeitar sua autonomia e suas formas de comunicação, com estratégias individualizadas e participação nas decisões relacionadas ao cuidado.

Os Centros Especializados em Reabilitação integram a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e oferecem atendimento especializado por equipes multiprofissionais, visando à funcionalidade, à autonomia e à participação social. Para alcançar esses objetivos, é importante que os profissionais atuem de forma articulada e considerem as necessidades específicas de cada usuário (Carvalho, 2019). A colaboração interprofissional exige comunicação, reconhecimento das contribuições de cada área e construção compartilhada do cuidado, aspectos relacionados à formação para o trabalho em equipe (Rossit *et al.*, 2018).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em Gurupi, Tocantins, o Centro Especializado em Reabilitação Monsenhor Geraldo Torres constitui um cenário relevante para investigar a formação e a percepção de preparo dos profissionais que atendem pessoas com TEA. A identificação de necessidades de qualificação nesse contexto pode subsidiar ações de educação permanente e contribuir para o aprimoramento da assistência multiprofissional.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e delineamento transversal, realizado com profissionais da equipe multiprofissional do Centro Especializado em Reabilitação (CER) Monsenhor Geraldo Torres, localizado no município de Gurupi, Tocantins. O estudo teve como objetivo analisar a formação acadêmica, a qualificação profissional e a percepção de preparo dos profissionais de saúde para o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação UNIRG/Faculdade UNIRG, instituição proponente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 93938225.1.0000.5518 e parecer nº 8.147.314.

A amostra foi composta por 22 profissionais integrantes da equipe multiprofissional do CER Monsenhor Geraldo Torres, correspondendo à totalidade dos profissionais elegíveis para a pesquisa. Todos os profissionais que atenderam aos critérios de inclusão aceitaram participar voluntariamente do estudo, sendo 20 do sexo feminino e dois do sexo masculino, todos com idade superior a 20 anos. Foram incluídos profissionais que atuavam diretamente no serviço e que concordaram em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos profissionais com tempo de atuação inferior a três meses e aqueles afastados por qualquer tipo de licença durante o período da coleta de dados. Não houve recusas entre os profissionais elegíveis.

A coleta de dados foi realizada em março de 2026, por meio de um questionário elaborado pelos pesquisadores, fundamentado na literatura científica sobre o TEA. O instrumento foi composto por 18 questões, distribuídas em cinco seções: perfil sociodemográfico e profissional; conhecimento sobre o TEA; autoavaliação dos profissionais; trabalho em equipe e atendimento às famílias; e desafios e sugestões para o aprimoramento da assistência. As questões abordaram a formação acadêmica, a formação de pós-graduação na área do TEA, o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

conhecimento sobre o transtorno, a percepção de preparo profissional, a atuação multiprofissional e as estratégias e dificuldades relacionadas ao atendimento às pessoas com TEA. O questionário incluiu questões de múltipla escolha e uma questão aberta, de número 18, destinada à apresentação de sugestões para otimizar o atendimento às pessoas com TEA. O instrumento não foi submetido a procedimentos formais de validação ou a teste-piloto antes de sua aplicação. Os questionários foram respondidos individualmente pelos participantes, sem sugestão ou direcionamento de respostas por parte dos pesquisadores.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à análise estatística descritiva, por meio de frequências absolutas (n) e relativas (%). As respostas às questões fechadas foram organizadas conforme as alternativas de resposta de cada questão. As respostas à questão aberta foram registradas, sem categorização temática. Os resultados quantitativos foram apresentados em tabelas e figuras para facilitar a caracterização da amostra e a descrição das variáveis investigadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados

Após tabulação dos dados, os resultados foram analisados por meio de análise estatística descritiva, considerando as características da amostra e os objetivos propostos pelo estudo. As questões fechadas foram analisadas por meio de frequências absolutas (n) e relativas (%), permitindo identificar a distribuição das respostas entre as diferentes categorias avaliadas, bem como a frequência de ocorrência dos principais achados relacionados à formação, atualização profissional e percepção dos participantes acerca da assistência às pessoas com TEA. Inicialmente, realizou-se a caracterização da amostra quanto à categoria profissional, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos participantes segundo a categoria profissional

Categoria profissional	N	%
Fisioterapia	5	22,7%
Psicologia	5	22,7%
Téc. de enfermagem	4	18,2%
Enfermagem	3	13,6%

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Terapia ocupacional	2	9,1%
Serviço social	1	4,5%
Fonoaudiologia	1	4,5%
Medicina	1	4,5%

Fonte: Criado pelo autor (2026).

Observou-se que a amostra foi composta por profissionais de diferentes áreas da saúde e assistência, evidenciando a característica multiprofissional do CER. Houve predominância de profissionais das áreas de Fisioterapia e Psicologia, ambas representando 22,7% dos participantes, seguidas pelos Técnicos de Enfermagem (18,2%) e profissionais de Enfermagem (13,6%). As demais categorias profissionais apresentaram menor frequência na amostra, incluindo Terapia Ocupacional (9,1%), Serviço Social, Fonoaudiologia e Medicina (4,5% cada). Em relação à formação acadêmica sobre o TEA, investigou-se se os participantes tiveram contato com disciplinas ou módulos específicos relacionados à temática durante a graduação.

Do total de participantes, 16 profissionais (72,7%) afirmaram não ter tido contato com conteúdos específicos sobre o transtorno durante a graduação, enquanto 6 participantes (27,3%) relataram ter recebido algum tipo de formação relacionada ao tema. Também foi analisada a realização de formação complementar após a graduação, considerando cursos de especialização ou capacitações relacionadas ao TEA. Essa análise buscou identificar a presença de qualificação profissional adicional voltada ao atendimento dessa população. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Formação de pós-graduação dos participantes na área de Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Formação de pós-graduação na área do TEA	n	%
Possui	5	22,7%
Em andamento	6	27,3%
Não possui	11	50,0%

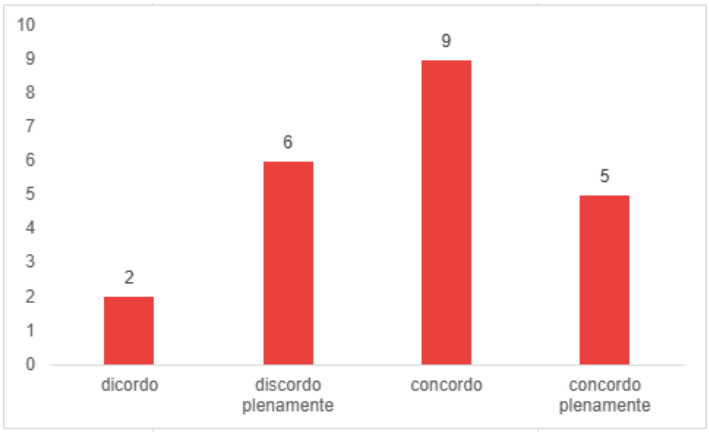
Fonte: Criado pelo autor (2026).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Verificou-se que metade dos participantes (50,0%) não possuía formação de pós-graduação na área, enquanto 27,3% encontravam-se em processo de formação e 22,7% já possuíam especialização relacionada ao TEA ou ao neurodesenvolvimento infantil.

A percepção dos participantes quanto à suficiência da formação profissional para atender às demandas relacionadas ao TEA no CER foi avaliada com o objetivo de identificar como os profissionais consideravam o preparo recebido durante sua formação para atuar no atendimento às pessoas com TEA. As respostas demonstraram diferentes níveis de concordância entre os participantes, evidenciando a percepção individual sobre o preparo profissional para a assistência às demandas específicas do TEA.

Figura 1. Distribuição das respostas à afirmação: "Sinto que minha formação é suficiente para atender às demandas de TEA do CER."



Fonte: Criado pelo autor (2026).

Os resultados demonstraram que 8 participantes (36,4%) discordaram ou discordaram plenamente da afirmação de que sua formação profissional era suficiente para atender às demandas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Centro Especializado em Reabilitação (CER). Por outro lado, 14 participantes (63,6%) concordaram ou concordaram plenamente com a afirmação, indicando uma percepção favorável quanto à suficiência da formação recebida.

A diferença observada entre as percepções dos participantes pode estar relacionada às distintas trajetórias de formação e experiências profissionais. Na amostra, 5 participantes possuíam pós-graduação concluída, 6 estavam cursando pós-graduação e 11 (50,0%) não possuíam formação nesse nível. Esses dados evidenciam diferentes níveis de formação acadêmica entre os profissionais, que podem estar relacionados às distintas percepções sobre

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

o preparo para a atuação com pessoas com TEA. A formação continuada pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos específicos sobre o transtorno e para o desenvolvimento da segurança profissional. Entretanto, os dados deste estudo não permitem afirmar que o nível de formação tenha determinado a percepção de preparo dos participantes.

Como indicador da atualização técnico-científica dos participantes, investigou-se o reconhecimento da intervenção com maior nível de evidência científica para o tratamento do TEA.

Figura 2. Reconhecimento da intervenção com maior nível de evidência científica para o tratamento do TEA pelos profissionais participantes



Fonte: Criado pelo autor (2026).

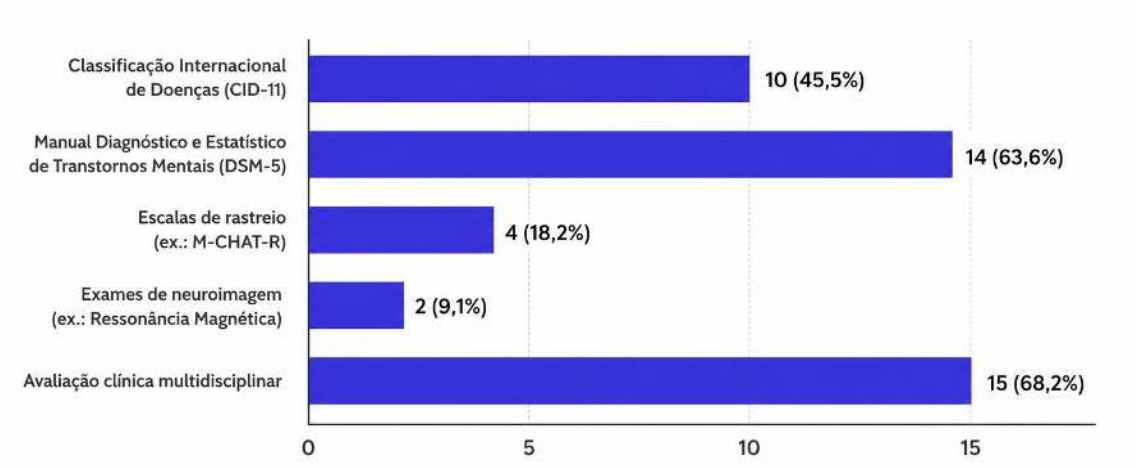
A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) foi identificada como a intervenção com maior nível de evidência científica por 20 participantes (90,9%), demonstrando maior reconhecimento dessa abordagem entre os profissionais avaliados. As demais respostas apresentaram menor frequência, sendo a dieta restritiva sem glúten e caseína indicada por 1 participante (4,5%) e a psicoterapia individual não diretiva também indicada por 1 participante (4,5%).

Entretanto, esse resultado deve ser interpretado considerando as alternativas disponibilizadas no questionário, não sendo suficiente, isoladamente, para demonstrar atualização técnico-científica abrangente dos profissionais ou estabelecer a superioridade universal de uma intervenção. A escolha das estratégias terapêuticas deve considerar as necessidades individuais de cada pessoa com TEA, os objetivos terapêuticos e as evidências científicas disponíveis.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Além disso, foram investigados aspectos relacionados ao conhecimento dos participantes sobre os critérios utilizados atualmente para o diagnóstico do TEA, considerando instrumentos, classificações diagnósticas e métodos empregados na avaliação clínica.

Figura 3. Alternativas selecionadas pelos participantes sobre referenciais e procedimentos relacionados ao diagnóstico do TEA



Fonte: Criado pelo autor (2026).

A questão permitia múltiplas respostas. As frequências correspondem ao número de participantes que selecionaram cada alternativa e podem ultrapassar o total de participantes quando somadas.

Em relação aos critérios e referenciais utilizados no diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a avaliação clínica multidisciplinar foi a alternativa mais frequentemente selecionada, assinalada por 15 participantes (68,2%). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) foi indicado por 14 profissionais (63,6%), enquanto a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) foi mencionada por 10 (45,5%). Além disso, quatro participantes (18,2%) selecionaram escalas de rastreamento, e dois (9,1%) indicaram exames de neuroimagem.

Ressalta-se que a questão permitia a seleção de múltiplas alternativas, de modo que cada participante poderia assinalar mais de uma resposta e, consequentemente, as frequências relativas não totalizam 100%. Os resultados representam as alternativas reconhecidas pelos participantes, não permitindo concluir, isoladamente, que todos compreendam as diferenças

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entre critérios diagnósticos, classificações diagnósticas, procedimentos de avaliação clínica e instrumentos de rastreamento.

Discussão

Os resultados evidenciaram lacunas importantes na formação acadêmica e na qualificação complementar dos participantes, além de diferentes percepções acerca do próprio preparo para atender pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Observou-se que a maioria dos profissionais não teve acesso a disciplinas ou módulos específicos sobre o transtorno durante a graduação, enquanto metade não possuía formação complementar na área do TEA ou do neurodesenvolvimento infantil. Esses achados sugerem que a formação inicial e a qualificação continuada podem não acompanhar plenamente as demandas encontradas na prática dos serviços especializados.

Essa lacuna também é observada em outros contextos de assistência à saúde. Rezende *et al.* (2020), ao avaliarem o conhecimento de médicos e enfermeiros da Atenção Básica sobre o TEA, identificaram diferenças no nível de conhecimento entre as categorias profissionais e destacaram a necessidade de educação continuada. De forma complementar, Costa *et al.* (2023) identificaram dificuldades relacionadas à falta de conhecimento e capacitação de profissionais da Atenção Primária para o atendimento de pessoas com TEA. Esses achados reforçam a importância de estratégias de qualificação profissional ajustadas às necessidades dos serviços.

A percepção dos participantes sobre a suficiência da própria formação foi predominantemente favorável: 14 (63,6%) concordaram ou concordaram plenamente que sua formação era suficiente para atender às demandas relacionadas ao TEA, enquanto oito (36,4%) discordaram ou discordaram plenamente. Esse resultado deve ser interpretado em conjunto com os dados de formação, considerando que 16 participantes (72,7%) não tiveram contato com conteúdos específicos sobre o TEA durante a graduação e 11 (50,0%) não possuíam pós-graduação na área. Embora esses dados revelem oportunidades para o aprimoramento da qualificação profissional, não permitem estabelecer uma relação direta entre formação acadêmica e percepção de preparo, nem avaliar objetivamente as competências clínicas dos participantes.

A necessidade de qualificação torna-se ainda mais relevante diante da complexidade do cuidado às pessoas com TEA. O atendimento exige conhecimento das características do transtorno, capacidade de identificar necessidades individuais, articulação multiprofissional e compreensão das estratégias terapêuticas e de acompanhamento. Nesse sentido, Porto *et al.* (2024) destacam a fragilidade da qualificação profissional como um dos desafios para a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

consolidação da Linha de Cuidado da Pessoa com TEA. Costa *et al.* (2023), por sua vez, ressaltam que a ausência de capacitação e de suporte da rede pode dificultar o trabalho da equipe multiprofissional. Assim, os estudos convergem ao indicar que o fortalecimento da educação permanente e da articulação entre os serviços constitui elemento relevante para qualificar a assistência.

Em relação ao conhecimento sobre intervenções baseadas em evidências, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) foi identificada pela maioria dos participantes como a abordagem terapêutica com maior respaldo científico. Esse resultado sugere reconhecimento dessa abordagem pelos profissionais investigados. Entretanto, considerando que a questão apresentava três alternativas de resposta, esse achado deve ser interpretado dentro dos limites das opções disponibilizadas no questionário, não sendo suficiente, isoladamente, para demonstrar atualização técnico-científica abrangente ou estabelecer a superioridade universal de uma intervenção. Além disso, reconhecer uma abordagem não comprova capacitação para sua aplicação clínica, uma vez que o conhecimento teórico não garante, por si só, domínio de suas estratégias, indicações e limitações. O cuidado às pessoas com TEA deve considerar as necessidades individuais e a atuação integrada dos diferentes profissionais, conforme discutido por Benitez e Domeniconi (2018).

Quanto aos critérios e referenciais relacionados ao diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), observou-se maior reconhecimento da avaliação clínica multidisciplinar, mencionada por 15 participantes (68,2%), seguida do DSM-5, citado por 14 (63,6%), e da CID-11, indicada por 10 (45,5%). Esses resultados sugerem familiaridade dos participantes com diferentes referenciais e procedimentos relacionados ao diagnóstico do transtorno. Entretanto, apenas quatro profissionais (18,2%) reconheceram escalas de rastreamento, como o M-CHAT-R, enquanto dois (9,1%) selecionaram exames de neuroimagem. Esse resultado chama a atenção para a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os instrumentos de rastreamento e suas finalidades, considerando que eles auxiliam na identificação de sinais de alerta, mas não estabelecem, isoladamente, o diagnóstico de TEA. Rezende *et al.* (2020) demonstraram que o conhecimento sobre o TEA entre profissionais da Atenção Básica pode variar entre as categorias profissionais, enquanto Costa *et al.* (2023) evidenciaram dificuldades relacionadas ao reconhecimento do transtorno e à capacitação das equipes.

Embora os contextos assistenciais sejam distintos, esses achados reforçam a importância de ampliar a qualificação dos profissionais quanto aos critérios diagnósticos, aos instrumentos de rastreamento e aos procedimentos de encaminhamento oportuno. Ressalta-se, contudo, que, por permitir múltiplas respostas, a questão avaliou quais alternativas eram

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

reconhecidas pelos participantes, não sendo suficiente, isoladamente, para mensurar seu conhecimento técnico sobre o processo diagnóstico.

A relevância do reconhecimento precoce também é destacada por Viana *et al.* (2020) e Xu *et al.* (2019), que discutem aspectos relacionados à compreensão e ao diagnóstico do TEA, bem como dificuldades associadas à capacitação dos profissionais para sua identificação. No presente estudo, a menor familiaridade com instrumentos de rastreamento merece atenção, especialmente por se tratar de profissionais inseridos em um serviço especializado de reabilitação. Nesse sentido, a qualificação das equipes pode contribuir para ampliar o conhecimento dos profissionais, favorecer a identificação adequada das necessidades dos usuários e fortalecer a articulação com os demais pontos da rede de atenção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitiram caracterizar a formação acadêmica, a qualificação complementar e a percepção de preparo dos profissionais de saúde de um Centro Especializado em Reabilitação (CER) para o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Observou-se que a maioria dos participantes não teve contato com conteúdos específicos sobre o transtorno durante a graduação e que metade não possuía pós-graduação na área, evidenciando oportunidades para o fortalecimento da formação e da educação permanente.

Embora a maioria dos profissionais tenha considerado sua formação suficiente para atender às demandas do serviço, parte dos participantes manifestou percepção desfavorável. Além disso, os resultados referentes ao reconhecimento de intervenções e de referenciais diagnósticos apontam aspectos que merecem atenção na qualificação das equipes. Ressalta-se que as respostas ao questionário refletem o reconhecimento de alternativas e a percepção dos participantes, não permitindo comprovar, isoladamente, suas competências clínicas.

Como limitações, destacam-se a realização do estudo em um único serviço, o número reduzido de participantes, a utilização de um questionário elaborado pelos pesquisadores sem validação formal prévia e a possibilidade de viés de autorrelato. Também não foi realizada avaliação objetiva das competências profissionais. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados considerando o contexto investigado. Estudos futuros podem incluir diferentes serviços, instrumentos validados e métodos que permitam avaliar conhecimentos e competências de forma mais objetiva. Os achados podem contribuir para o planejamento de ações de educação permanente e para o aprimoramento da assistência multiprofissional às pessoas com TEA.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. de; SOUSA, T. B. de; BORBA, M. G. S. de. Intervenções psicológicas para o desenvolvimento e bem-estar de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 1394-1408, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17341. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17341. Acesso em: 20 set. 2025.

AUTISMO E REALIDADE. **O que é autismo?** Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/. Acesso em: 2 out. 2023.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 163-172, 2018.

BEZERRA, C. **Método ABA**: uma ferramenta para pais, professores e terapeutas. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2018. Disponível em: http://www.institutoine.com.br/arquivos/metodo_aba_5fa3158e236c0.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017**, Anexo VI. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares. Acesso em: 19 set. 2025.

CAMPOS, Thalita Ferreira et al. Análise da importância da qualificação dos profissionais de saúde para o manejo do Transtorno de Espectro Autista (TEA). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e32910615667, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15667. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/15667. Acesso em: 27 jul. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CARVALHO, D. G. de. Políticas públicas para a pessoa com deficiência: o Centro Especializado em Reabilitação do Município de Duque de Caxias/RJ. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2019. DOI: https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0138/2019.v5i2.5803.

COSTA, Bruna et al. Transtorno do espectro autista na Atenção Primária à Saúde: desafios para assistência multidisciplinar. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas** (Edição em Português), v. 19, n. 1, p. 13-21, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: Censo Demográfico 2022 – publicação oficial. Acesso em: 24 jul. 2026.

LORD, Catherine; ELSABBAGH, Mayada; BAIRD, Gillian; VEENSTRA-VANDERWEELE, Jeremy. Autism spectrum disorder. **The Lancet**, v. 392, n. 10146, p. 508-520, 2018. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)31129-2.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtorno do espectro autista**. 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista. Acesso em: 20 set. 2025.

PORTO, I. P.; OLIVEIRA, B. S. de; SILVA, B. M. da; PINHEIRO, L. G. O. de C.; LOPES, P. M. S.; COSTA, A. C. R.; SILVA, G. S. da; OLIVEIRA, H. A.; AMORIM, A. S. A.; NOGUEIRA, L. D.; FARIA, T. Q. e S.; OLIVEIRA, S. L. de; EVARISTO, J. da S. G.; SOUZA, C. da S. M. Linha de cuidado do Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma análise da realidade amazônica. **Revista Foco**, [S. l.], v. 17, n. 11, p. e06994, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-205. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6994. Acesso em: 20 set. 2025.

REZENDE, Laura de Oliveira; PETROUCIC, Roberta Thomé; COSTA, Ricardo Filipe Alves da; MONTEIRO, Marco Aurélio. Conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista entre profissionais da atenção básica de saúde. **Manuscripta Medica**, [S. l.], v. 3, p. 31-39, 2020. Disponível em: https://manuscriptamedica.com.br/revista/index.php/mm/article/view/42. Acesso em: 2 out. 2026.

ROMEU, Clariana Andrioli; ROSSIT, Rosana Ap. Salvador. Trabalho em equipe interprofissional no atendimento à criança com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, 2022.

ROSSIT, R. A. S.; FREITAS, M. A. O.; BATISTA, S. H. S. S.; BATISTA, N. A. Construção da identidade profissional na Educação Interprofissional em Saúde: percepção de egressos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 1, p. 1399-1410, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0184.

SANTOS, R. K. dos. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**: do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufersa.edu.br/includere/article/view/7413. Acesso em: 20 set. 2025.

VASCONCELOS, A. F. **Política de proteção à pessoa com transtorno do espectro autista em um centro de cuidado especializado**: avaliação da concepção e implementação de equipes

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

multiprofissionais. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75416. Acesso em: 25 set. 2025.

VIANA, A. C. V.; MARTINS, A. A. E.; TENSOL, I. K. V.; BARBOSA, K. I.; PIMENTA, N. M. R.; LIMA, B. S.; SOUZA, de. Autismo: uma revisão integrativa. **Saúde Dinâmica**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-18, 2020. DOI: 10.4322/2675-133X.2022.017. Disponível em: https://revista.faculdadedinamica.com.br/index.php/saudedinamica/article/view/40. Acesso em: 21 set. 2025.

VIEIRA, F. **Educação de Gurupi implanta projeto que visa inclusão de crianças autistas na rede municipal e promove formação aos educadores**. Gurupi, 2025. Disponível em: https://gurupi.to.gov.br/2025/03/educacao-de-gurupi-implanta-projeto-que-visa-inclusao-de-criancas-autistas-na-rede-municipal-e-promove-formacao-aos-educadores/. Acesso em: 26 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Autism**. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders. Acesso em: 14 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Framework for action on interprofessional education and collaborative practice**. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/framework-for-action-on-interprofessional-education-collaborative-practice. Acesso em: 15 out. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.